

NUNO ÁLVARES E A ARTE DA GUERRA

Prof. Doutor Miguel Gomes Martins

(Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa)

Regressemos à Primavera de 1382. Incapaz de repelir a frota castelhana, oriunda da Biscaia, cuja guarnição e tripulantes assolavam os arredores da capital, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, fronteiro em Lisboa, é substituído pelo prior do Crato, D. Pedro Álvares Pereira. Com ele chegavam também à cidade os seus parentes Fernão e Álvaro Pereira, bem como os seus irmãos Rodrigo, Diogo e o irrequieto Nuno Álvares Pereira. De todos eles, seria o último quem mais entusiasmo demonstrava. O mais novo dos filhos de Álvaro Gonçalves Pereira procurava ansiosamente uma oportunidade para realizar a sua primeira façanha de armas¹, algo que insistia em lhe escapar. Ainda algumas semanas antes tinha tentado defrontar as forças do mestre de Santiago em Castela, e havia desafiado o seu filho, Juan Osores, para um combate no qual cada um se apresentaria acompanhado por 10 cavaleiros. Contudo, D. Fernando, proibira-o de levar avante o seu projecto². Deste modo, a vinda para Lisboa foi vista pelo futuro condestável como uma excelente oportunidade para mostrar, pela primeira vez, o seu valor em combate. O destino far-lhe-ia, finalmente, a vontade.

A frota biscainha, ancorada no Tejo em frente da Ponte de Alcântara, lançava constantes ataques a inúmeras localidades em redor de Lisboa e tinha chegado mesmo a saquear e incendiar os arrabaldes das praças-fortes de Palmela e de Almada. Sempre sem qualquer reacção por parte dos habitantes das localidades assoladas³. O mesmo sucedia com os lisboetas que, recolhidos no interior da nova Cerca Fernandina⁴

¹ Fernão Lopes refere que, após a chegada de Nuno Álvares a Lisboa, no Verão de 1382, “*amando muyto serviço delRei, des i por seer conhecido por boom*” (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Civilização, 1986, cap. CXXXVII, p. 379).

² *Estoria de Dom Nuno Alvez Pereyra*, edição crítica da Crónica do Condestável, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, cap. X, pp. 19-21.

³ Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 70.

⁴ Sobre as principais características desta estrutura defensiva, veja-se Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, op. cit, pp. 79-86.

preferiam não arriscar um ataque massivo, optando por levar a cabo surtidas de pequena envergadura, mas que, como é natural, não tinham qualquer resultado prático.

Envolto no mais completo secretismo, Nuno Álvares, sem o conhecimento de seus irmãos, começa a planejar um ataque contra os biscainhos. Estes deixavam frequentemente os navios ancorados no Tejo para se abastecerem de víveres nos arredores de Lisboa, chegando mesmo a afastar-se alguns quilómetros da margem do rio, sem grandes cautelas defensivas. Era precisamente esta confiança que pretendia explorar, de modo a apanhá-los totalmente desprevenidos.

Para o coadjuvar no plano contava com a colaboração de Pedro Afonso do Casal, seu cunhado, e de outros 24 cavaleiros, para além de uma trintena de peões, entre os quais se encontravam alguns besteiros. Saindo da cidade pelos primeiros alvares da manhã, a coluna avança em direcção a Campolide.

A coberto da vegetação e do relevo que bordejava o vale de Alcântara observam a frota inimiga e, pacientemente, aguardam. A espera foi recompensada: um batel aproxima-se da praia com cerca de 20 homens a bordo. Nuno Álvares deixa-os desembarcar, de modo a que não pudessem fugir e, só então, ataca. Porém, fê-lo cedo demais. Os castelhanos, ao perceberem a aproximação dos portugueses, conseguem voltar para o batel e regressar aos navios de onde haviam saído minutos antes.

Mas Nuno Álvares não pretendia deixar escapar mais esta oportunidade e, ansioso por combater, detém-se na praia, junto do mosteiro de Santos, numa atitude claramente provocatória. A manobra resulta em pleno. Os castelhanos, em grande número, descem para os batéis e rumam em direcção do areal, seguros da vantagem que lhes advinha da superioridade numérica⁵.

Apesar de muitos dos seus homens terem fugido de imediato para Lisboa, Nuno Álvares estava decidido, mesmo assim, a dar combate aos biscainhos. Seguido pelos poucos que com ele ainda se mantinham arremete o cavalo contra o inimigo acabado de desembarcar. Primeiro a golpes de lança, depois, quebrada a arma, de espada em punho. O arnés que envergava protegia-o dos inúmeros golpes que contra ele eram desferidos, porém, o seu cavalo, sem qualquer protecção e também alvo das armas inimigas, acabou por sucumbir arrastando o cavaleiro na queda. Preso a uma das patas do cavalo e praticamente impossibilitado de se defender, Nuno Álvares estava à mercê do inimigo.

⁵ Tanto Fernão Lopes como o anónimo autor da “Crónica do Condestável” falam, talvez com algum exagero, em 250 homens de armas e num número elevado de peões (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. XII, p. 28 e Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., cap. CXXXVIII, p. 382).

Os seus companheiros apercebem-se da situação desesperada em que se encontrava e acorrem em seu auxílio conseguindo libertá-lo do cavalo. Todavia, não havia forma de evitar aquele que parecia ser o desfecho da contenda. E quando a resistência de Nuno Álvares e dos seus camaradas de armas começava a fraquejar, chegam, providencialmente, reforços provenientes de Lisboa sob o comando de Diogo Álvares e de Fernão Pereira. Surpreendidos, os inimigos ainda esboçam alguma resistência, mas acabam por se pôr em fuga. Atrás de si deixavam um elevado número mortos e de prisioneiros. Sem qualquer baixa mortal – segundo as fontes narrativas –, os portugueses regressam a Lisboa vitoriosos. O objectivo do jovem Nuno havia sido finalmente conseguido. Tinha alcançado o seu primeiro feito de armas e provado a sua coragem em combate⁶. Tinha, então, 22 anos.

Esta busca quase frenética pela acção é, talvez, um dos traços mais marcantes da personalidade de Nuno Álvares. Poucas vezes terá rejeitado a possibilidade de defrontar o inimigo, mesmo quando as hipóteses de vitória eram diminutas. Vale a pena lembrar alguns exemplos: ainda em 1382, no mês de Julho, consegue novamente iludir a vigilância de seu irmão e escapar de Lisboa com o objectivo de juntar à hoste que D. Fernando reunia em Elvas⁷; em finais de 1383, contrariando a maior parte dos seus familiares dirige-se para Lisboa – onde a agitação que se seguiu à morte de D. Fernando crescia de dia para dia – e coloca-se ao serviço do Mestre de Avis⁸ e, nos primeiros dias de 1384, sugere a D. João um ataque à coluna de marcha do rei de Castela que, então, se dirigia para Santarém⁹. Onde houvesse a possibilidade de combater, Nuno Álvares tudo fazia para estar presente, por vezes, com uma atitude algo irreflectida e, porque não dizê-lo, irresponsável, como em Fevereiro de 1384, quando, ao comando de uma força composta por pouco mais de 60 lanças, procurou o confronto com um contingente

⁶ Este episódio encontra-se relatado de forma detalhada em Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., cap. CXXXVII-CXXXVIII, pp. 379-383 e na *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. XII, pp. 25-33. João Gouveia Monteiro demonstrou já que “a maioria das referências das fontes narrativas a actos de especial valentia praticados (geralmente de moto próprio) no decurso das operações militares, diz respeito a cavaleiros e a escudeiros ansiosos por se destacar em feitos de armas de especial complexidade, em busca de um nome, de uma promoção, de uma honraria especial, ou mesmo de uma referência numa crónica” (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 474).

⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, op. cit., cap. CLI, pp. 417-419.

⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. XXXVII-XXXIX, pp. 74-78.

⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. LXIII, pp. 122-123. Sobre este episódio, veja-se Miguel Gomes Martins, *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*, Lisboa, Prefácio, 2006, pp. 36-37.

castelhano constituído por aproximadamente 1000 cavaleiros que se dirigia para o Lumiar¹⁰.

Não é fácil perceber o que estaria na raiz desta ânsia pela realização de feitos militares. Talvez fosse apenas o resultado do seu carácter voluntarioso, de um ego demasiado grande para o invólucro, de uma irreverência própria da juventude, de um certo grau de irresponsabilidade, da procura de reconhecimento público ou, mais provavelmente, de uma mistura “explosiva” de todos esses elementos. Porém, parece-nos existir um outro factor que pode ter exercido uma enorme influência no carácter do jovem Nuno Álvares. A “Crónica do Condestável” é clara ao afirmar, acerca do seu biografado, que “*usava muyto de ouvir e leer livros d’estorias, especialmente usava muyto mais leer a estoria de Gallaaz, em que se continha a soma da Tavolla Redonda*”¹¹. Assim, é muito possível que a ânsia de protagonizar feitos de guerra tenha também sido moldada por essas leituras e pelo fascínio que sentia pelas façanhas dos heróis dessas obras, verdadeira inspiração para feitos de armas que constantemente perseguia.

A ocasião ideal para os desempenhar proporcionou-se quando o Mestre de Avis, em Março de 1384 e contra o conselho de muitos que preferiam alguém “*de madura autoridade, muito avisado e sabedor da guerra*”¹², lhe entregou a frontaria do Entre-Tejo-e-Guadiana. A autonomia de que gozava e os poderes de excepção de que ia investido – parte dos quais foi o próprio Nuno Álvares a solicitar – permitir-lhe-iam levar a cabo, com um enorme grau de autonomia, todo o tipo de acções militares que julgasse necessárias e pôr em prática as concepções tácticas e estratégicas que defendia.

Para o acompanhar nessa importante missão, foi escolhido um grupo de 40 escudeiros. A selecção destes homens, recrutados maioritariamente de entre a cavalaria de Lisboa, não terá sido fácil, pois Nuno Álvares não os conhecia suficientemente bem ao ponto de saber se teriam o perfil desejado. Para isso, teve a colaboração de Pedro Anes Lobato que, como nos diz Fernão Lopes, “*dos boões homens darmas avia conhecimento*”¹³. Entre os eleitos encontravam-se ainda diversos escudeiros oriundos de Évora e de Beja, cidades que desde cedo tinham dado o seu apoio à causa de D. João¹⁴.

¹⁰ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. LXXI, pp. 139-140. Sobre este episódio, veja-se Miguel Gomes Martins, *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*, op. cit., pp. 29-30 e 37.

¹¹ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. IV, p. 8.

¹² Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. LXXXVII, p. 166.

¹³ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, cap. CXCVIII, p. 447. Pedro Anes Lobato havia sido escudeiro do conde João Afonso Telo, alcaide-mor de Lisboa e irmão de Leonor Teles

Com este contingente Nuno Álvares formava a “espinha dorsal” daquela que viria a ser a sua companhia de armas, o seu exército privado, uma força que apresentava – nas palavras de João Gouveia Monteiro – “uma identidade muito particular e uma autonomia militar deveras considerável”¹⁵, aliás, como por diversas vezes ficou demonstrado.

Por exemplo, durante o cerco a Coria, em 1386, apesar de manter todas as suas forças preparadas para o combate, o condestável recusou frontalmente participar no assédio àquela praça-forte castelhana, alegando que se tratava de uma operação militar inútil e votada ao insucesso. O futuro imediato veio dar-lhe razão¹⁶. Anos mais tarde, desobedecendo mais uma vez a D. João I que lhe havia dado ordens para se juntar à hoste régia que cercava Tuy, opta, por sua conta e risco, por atacar as forças comandadas pelo infante D. Dinis – filho de D. Pedro I e de Inês de Castro – que lançavam a destruição na comarca da Beira¹⁷. Contudo, é depois de o rei lhe retirar todos os seus vassallos e de confiscar todos os bens e direitos com que o condestável havia recompensado alguns dos membros da sua companhia, que esta autonomia revela todos os seus contornos. Nessa altura, Nuno Álvares, com o apoio da maior parte dos seus homens, pondera seriamente a hipótese de abandonar o reino e de colocar os seus serviços e da sua companhia sob as ordens de um outro senhor. Interessados não haviam de faltar. A experiência militar adquirida ao longo de vários anos de guerra, a forma exemplar como esses homens punham em prática as concepções estratégicas e táticas do seu comandante e as rotinas de combate entretanto adquiridas, faziam deste exército privado uma máquina de guerra extremamente letal e que, por isso, muitos líderes desejariam ter do seu lado. Contudo, depois de pesados os prós e os contras, o condestável acaba por desistir deste seu “projecto mercenário”¹⁸.

Porém, ao partir de Lisboa, no início da Primavera de 1384, Nuno Álvares teria inúmeras dúvidas acerca da eficácia dos homens que o acompanhavam, da sua coragem e da sua fidelidade. Era, pois, necessário experimentá-los antes de lhes atribuir uma missão importante. O primeiro teste à sua capacidade foi feito pouco depois de deixarem a capital. Chegados ao arrabalde de Setúbal e depois de ter sido instalado o

(Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. III, p. 9). Ainda assim, converteu-se num dos homens de confiança de Nuno Álvares, tendo sido escolhido para o seu conselho (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. XCI, p. 172).

¹⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. LXXXVII, p. 167.

¹⁵ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, op. cit. p. 39.

¹⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. LXXXV, pp. 187-188.

¹⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CLXXII, pp. 376-378.

¹⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CLII-CLIII, pp. 332-336.

arraial, Nuno Álvares fez correr entre as suas tropas o boato da chegada eminente de uma força inimiga composta por 300 lanças. O resultado não podia ter sido melhor. As forças que comandava, rapidamente e sem qualquer hesitação prepararam-se para avançar em direcção ao inimigo e, chegados ao local onde era suposto defrontá-lo, cumprem rigorosamente as ordens do seu comandante e adoptam na perfeição a ordem de batalha que lhes era transmitida¹⁹. Foi um excelente sinal para os desafios a que iriam ser sujeitos nos meses seguintes.

A realização de exercícios como este era fundamental, também, para manter um elevado grau de prontidão e de eficácia em combate. Por isso, eram feitos com alguma regularidade, como numa ocasião, em 1396, quando “*se foy a hum riisyo que está junto com o arravalde [de Vila Viçosa], de contra o Alandroal, com toda sua jeente armada de todas armas e os bacinetes nas cabeças e todos a cavallo e com lanças d’armas nas mãos, sem pages. E, asy armados e a cavallo, os andou regendo pello ressiio, ensaiando os, per cada hũu saber o que avia de fazer quando alguũa cousa acontecesse*”²⁰.

Uma outra forma de se assegurar da capacidade militar das forças que tinha sob o seu comando, era através de inspecções. São diversas as referências a alardos realizados por Nuno Álvares de modo a certificar-se do bom estado dos cavalos e das montadas dos seus homens, como o que foi realizado nas vésperas de uma incursão em território castelhano e que culminou com o ataque ao arrabalde de Cáceres, em 1398²¹. Esta preocupação constante em manter os seus subordinados num estado de alerta quase permanente revela-se igualmente no facto de durante os períodos de acalmia e de tréguas os dispensar, mas com a condição de estarem sempre “*prestes como vissem seu recado*”²².

Para o sucesso das operações militares – e os exercícios também tinham em vista este objectivo – era fundamental uma disciplina rigorosa, ainda para mais tratando-se Nuno Álvares de um jovem com pouco mais de 20 anos, o que lhe poderia trazer alguma dificuldade em afirmar-se perante os seus subordinados, muitos deles veteranos das guerras fernandinas. Porém, para que essa disciplina existisse nos momentos decisivos de confronto com o inimigo, tinha que ser constantemente cultivada e mantida, por vezes, com a mão férrea do condestável. Alguns puderam conhecer na pele

¹⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. XC, pp. 170-171.

²⁰ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. LXVI, p. 158.

²¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CLX, p. 350.

²² Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. XCVI, p. 185.

essa dureza, como o escudeiro que sentenciou à morte na fogueira – salvo *in extremis* pelos apelos de alguns dos seus camaradas de armas – apenas por ter roubado um cálice numa igreja²³. Quem também sentiu de perto a dura disciplina imposta por Nuno Álvares foi Afonso Peres Sarrazinho, banido da sua companhia por ter dado, sem qualquer justificação para além de uns copos de vinho a mais, um sinal de alerta, quando se encontrava em território inimigo, pondo assim em perigo, todos os seus camaradas de armas²⁴. Porém, na maior parte das vezes não seria tão brando chegando mesmo a fazer justiça pelas próprias mãos e passando a fio de espada aqueles que, durante as incursões em território castelhano, procediam de forma menos correcta com as “populações civis”²⁵.

Mas não era apenas com uma forte disciplina que Nuno Álvares – enquanto capitão – se impunha perante os homens que comandava. Sem dúvida que a melhor forma de o fazer e de garantir a fidelidade dos seus combatentes era conduzindo-os às vitórias no campo de batalha. O sucesso obtido no planalto de Atoleiros, o primeiro grande feito de armas de Nuno Álvares depois da sua nomeação como fronteiro, é, nesse aspecto, paradigmático, pois terá funcionado como uma autêntica acção de propaganda em seu benefício, afirmando-o como um comandante militar de sucesso e em quem os subordinados podiam confiar. Fernão Lopes assinala que todos quantos ingressavam no seu exército “*lhes erã obediemtes em toda cousa que lhes mādava*”²⁶.

Talvez um dos exemplos mais eloquentes da confiança que depositavam no seu capitão se encontre na batalha de Valverde, quando as forças de Nuno Álvares sustentaram as sucessivas arremetidas castelhanas – mesmo sofrendo pesadas baixas –, enquanto o seu comandante, depois de lhes ter dado ordens nesse sentido, se afastou ... para orar²⁷.

Porém, não se pense que Nuno Álvares era cegamente obedecido e seguido inquestionavelmente por todos os seus homens. Pelo contrário. Várias foram as situações em que se debateu com deserções entre as suas fileiras, como depois da

²³ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. LXXIII, pp. 183-184.

²⁴ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. LXVIII, p. 173.

²⁵ Para o sucesso da disciplina que pretendia inculcar entre as suas forças, contribuía também um sistema de informação, composto por fiéis informadores que lhe davam a conhecer, em segredo, todas as atitudes menos correctas levadas a cabo pelas suas forças (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CXCVIII, p. 449).

²⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. XCVI, p. 183.

²⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. LVI, pp. 149-150 e *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. LIV, p. 132.

campanha no Minho, em 1385, quando viu o seu contingente composto por 300 lanças ficar reduzido a pouco mais de 35, tendo as restantes desertado²⁸.

Mas se alguns abandonavam as fileiras da companhia de Nuno Álvares, muitos eram os que nela ingressavam. Se bem que para Atoleiros tivesse apenas acrescentado 100 lanças e cerca de um milhar de peões aos 200 escudeiros que o seguiam desde Lisboa, antes de avançar em direcção a Almada, no Verão do mesmo ano, Nuno Álvares conseguia já convocar 530 lanças e 5000 homens de pé²⁹, ao passo que, nas vésperas da batalha de Aljubarrota o seu exército apresentava-se constituído por 600 homens de armas, 300 besteiros e uns 2000 homens de pé. Um número que não pára de crescer e que ascende a 1200 lanças por alturas da campanha anglo-portuguesa de 1387³⁰.

Apesar de todas estas flutuações numéricas, parece-nos clara a existência de um núcleo, chamemos-lhe “permanente” que constituía a sua companhia de armas. Era composto, sobretudo, por forças de cavalaria – entre 300 e 400 lanças – e por mais alguns contingentes de infantaria a que se juntavam outras forças oriundas, sobretudo, da comarca do Entre-Tejo e Odiana. Parece, portanto, claro que Nuno Álvares podia, sem grandes dificuldades, recrutar um exército consideravelmente numeroso e que, em algumas ocasiões, podia ascender a vários milhares de homens, entre cavalaria e peonagem, situação que denota uma crescente capacidade de mobilização.

De um modo geral, todos esses combatentes, em particular os que compunham o núcleo central do exército – a sua companhia –, eram remunerados. Contudo, até 1386, Nuno Álvares não dispunha de grandes bens fundiários que pudesse conceder como contrapartida pelo serviço militar prestado pelos seus subordinados. Assim, optou, tal como o mestre de Avis durante o cerco de Lisboa, por fazê-lo mediante o pagamento de um soldo, uma prática corrente noutras realidades europeias, mas que em Portugal – ainda muito preso ao sistema das quantias e ao recrutamento feudo-vassálico – era uma inovação. Todavia, como destacou Gouveia Monteiro, não era possível fazê-lo de forma regular. Os pagamentos faziam-se “como se podia e quando se podia”. Aliás, as dificuldades financeiras de Nuno Álvares ter-se-ão feito sentir desde bastante cedo, obrigando-o mesmo a vender “*quamta prata tiinha*” e a solicitar um empréstimo aos homens-bons de Coimbra de forma a poder pagar os soldos e recuperar muitas das

²⁸ *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, op. cit., cap. XLIX, p. 110. Esta é, no entanto, uma versão rejeitada por Fernão Lopes (*Fernão Lopes, Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. XXIII, pp. 53-54).

²⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLVI, p. 298.

³⁰ *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, op. cit., cap. VII, p. 141.

armas que os seus homens haviam empenhado para poderem comprar alimentos³¹. Do mesmo modo, quando se preparava para deter a incursão comandada pelo infante D. Dinis, que atacara já o Sabugal e a Guarda, constatou que não tinha dinheiro para pagar os soldos àqueles que havia convocado, de tal forma que só uma vintena de cavaleiros o acompanhou até Castelo Branco.

Porém, o soldo não era a única compensação que estes combatentes obtinham por uma tão intensa e bem sucedida actividade bélica. Sem dúvida que um dos maiores atractivos de pertencer à companhia de Nuno Álvares era o saque que podia ser obtido. Armas, montadas, dinheiro, gado, roupa e alfaias eram das recompensas mais apetecidas. As crónicas oferecem inúmeros exemplos de captura de espólios de guerra: o assalto a Almada em 1384³²; a tomada do castelo de Neiva³³, em 1385, e o ataque a uma coluna de cavaleiros gascões e castelhanos, em finais de 1386³⁴, são apenas alguns deles.

Apesar de o saque ser um dos objectivos imediatos das acções militares em que envolvia a sua companhia e de, na maior parte dos casos ser obtido de forma violenta, tudo indica que, regra geral, Nuno Álvares exigia dos seus homens um relacionamento tão cordial quanto possível com as populações inimigas. Fernão Lopes destaca esta faceta afirmando que “*Quoamdo emtrava por Castella mamdava que nenhuũ nã posese foguo a pães nẽ a aldeias, nem arrabaldes, nẽ outros edefficios. E se alguém fazia anojavase muito com elle e por vezes descavalguava e ajudavao a matar*”³⁵. Contudo, nem sempre seria tão brando quanto nos é assegurado pelo cronista. Recorde-se por exemplo que, durante a incursão de 1398, Nuno Álvares terá dado ordens específicas para que as suas tropas capturassem o maior número possível de prisioneiros entre as populações dos locais assolados. Esta campanha, uma das mais violentas levadas a cabo pelo exército do condestável, teve como epílogo o ataque a Cáceres, cidade cujo arrabalde foi incendiado e reduzido a cinzas³⁶, num evidente contraste com a imagem veiculada pelo cronista. Provavelmente aquela não foi uma decisão repentina e apenas fruto da incapacidade de penetrar no perímetro amuralhado da cidade. Pelo contrário. Como muitas outras, terá sido uma opção tomada antes do início da campanha e debatida, como era frequente, com os membros do seu conselho.

³¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXXVI, p. 246.

³² Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, cap. CXLVII, p. 304.

³³ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, cap. V, p. 17.

³⁴ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. LIX, p. 146.

³⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CXCVIII, p. 449.

³⁶ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, op. cit., cap. LXVI, p. 159.

Ao que nos é dado a conhecer, parece que Nuno Álvares reunia esta estrutura com alguma frequência. Fê-lo, por exemplo, para lhe expor a possibilidade de um ataque articulado com os sitiados de Lisboa contra as forças de D. Juan I que cercavam a capital³⁷; voltou a reuni-lo quando a sua companhia foi convocada por D. João I, semanas antes da batalha de Aljubarrota³⁸ e ainda quando decidiu dar-lhe a conhecer o seu propósito de dar combate às forças do Mestre de Santiago em Castela, em 1398³⁹. Parece, aliás, que Nuno Álvares tinha o cuidado de transmitir aos membros do concelho, aos seus capitães e a alguns dos cavaleiros da sua companhia, os seus objectivos estratégicos e a tática que pretendia adoptar em combate, como sucedeu nas vésperas na campanha de Valverde⁴⁰.

Assim, ao debater opções, mas, ao mesmo tempo, ao definir missões e a atribuir competências específicas, Nuno Álvares envolvia-os de forma mais estreita nos seus métodos, na “*sua nova guerra*”, como lhe chama Fernão Lopes⁴¹.

Sem dúvida que uma das principais características desta “nova guerra” era a “guerra guerreada”. De acordo com João Gouveia Monteiro, trata-se de uma “forma alternativa à batalha campal, isto é, pensada justamente para a substituir ou evitar”. Ou seja, como refere o mesmo autor, uma “variante medieval da guerrilha”, cujos objectivos seriam “devastar o território inimigo em acções velozes e inesperadas, reunir saques abundantes, ou castigar os adversários através de emboscadas nocturnas montadas em locais estratégicos”⁴² e que, nem por isso, era menos eficaz. O próprio Nuno Álvares terá dito a D. João I, durante o cerco a Coria, que “*os que corrẽ a terra de seus imigos (...) bem he de cuidar que lhe não ffazem menos guerra*”. Isto é, o que Nuno Álvares preconizava era uma guerra de desgaste, baseada em operações de pequena escala e que, como tal, não exigiam grandes meios humanos, logísticos ou financeiros, vivendo do que pudessem confiscar ou roubar⁴³, em vez de tudo arriscar numa batalha campal decisiva, ou de desperdiçar tempo e recursos em operações de cerco demoradas e, na maior parte das vezes, inconsequentes, isto é, sem qualquer benefício estratégico.

³⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I cap. CXLII, p. 290.

³⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, cap. XXIV, p. 56.

³⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, cap. CLXV, p. 361.

⁴⁰ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, cap. LV, p. 146.

⁴¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, cap. XC, p. 170.

⁴² João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, op. cit., p. 374.

⁴³ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, cap. LXXVI, pp. 189-191.

Nuno Álvares não só era um defensor como um verdadeiro especialista nesta “guerra guerreada”. Ataques de surpresa ou ciladas eram apenas algumas das operações militares em que tanto ele como os seus homens mais se destacavam. Os exemplos são inúmeros, mas vale a pena relembrar três daqueles que nos parecem mais significativos: Na Primavera de 1384, a operação de libertação de Álvaro Coitado, é levada a cabo por um contingente encabeçado por 16 dos seus escudeiros que, na estrada entre Vila Viçosa e Olivença, atacam de surpresa a coluna que conduzia o prisioneiro⁴⁴; pouco tempo depois, as suas forças armam uma cilada a um contingente castelhano que cruzava a estrada entre Santarém e Constância⁴⁵; escassas semanas após esta operação Nuno Álvares toma o castelo de Monsaraz, utilizando um interessante estratagema que consistiu em atrair alguns dos defensores da praça-forte ao seu exterior com o objectivo de capturar umas vacas que o futuro condestável havia soltado estrategicamente nas proximidades da vila. Os homens do alcaide Gonçalo Rodrigues de Sousa, que tinha o castelo por D. Beatriz, sem que imaginassem o que se iria seguir, tentam capturar as rezes. Nesse momento, os homens de Nuno Álvares, que haviam permanecido escondidos, entram no perímetro amuralhado da povoação e encerram de imediato as portas impedindo o regresso dos cavaleiros inimigos. Progridem, então, rapidamente em direcção ao castelo que tomam facilmente⁴⁶.

Acções como estas só resultavam se contassem com o factor surpresa, daí que várias vezes a companhia de Nuno Álvares tivesse que se deslocar a coberto da escuridão nocturna, de modo a não ser detectada pelo inimigo. Assim o fez quando partiu na direcção de Almada, de modo a que os contingentes castelhanos estacionados em Coina não se apercebessem da sua passagem⁴⁷; ou ainda quando se deslocou de Évora para Portel com o objectivo de tomar esta praça-forte⁴⁸. A noite era também o momento ideal para surpreender o adversário, como quando as suas forças desbarataram uma coluna composta por cavaleiros gascões e castelhanos, junto a Villa Nueva del Fresno⁴⁹.

Para o sucesso desta forma de fazer a guerra era ainda fundamental a rapidez de deslocação. Por isso era necessário que os exércitos não arrastassem consigo nada que

⁴⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, cap. CII, pp. 196-200.

⁴⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, cap. CXXVIII, pp. 249-250.

⁴⁶ *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, op. cit., cap. XXXII, pp. 75-77 e Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLIII, p. 292.

⁴⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CXLVII, p. 301.

⁴⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CLVII, p. 335.

⁴⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. CXXXII, p. 291.

pudesse atrasar a sua marcha. Um trem de apoio, geralmente constituído por carros e colunas de azémolas, era algo impossível de compatibilizar com as necessidades de percorrer grandes extensões no mais curto espaço de tempo, como os 35 Km que separavam Elvas do Ameal, calcorreados à pressa pelas forças de Nuno Álvares para evitar a reunião de dois contingentes castelhanos⁵⁰. Por isso na maior parte das vezes a companhia de Nuno Álvares Pereira terá entrado em acção sem a habitual “carriagem”. Assim aconteceu quando se preparava para defrontar as forças castelhanas que se haviam reunido no Crato⁵¹. Porém, nem sempre era possível prescindir do trem de apoio. Contudo, nestas situações a solução era aligeirá-lo, como nos inícios de 1386, quando avança em direcção de Trás-os-Montes para integrar a hoste régia que cercava Chaves, levando consigo um trem de apoio reduzido a apenas 20 mulas⁵².

Contudo, abdicar da “carriagem” em benefício da velocidade de deslocação, comportava alguns riscos, nomeadamente o de se esgotarem as provisões. Nessas situações a solução era “viver da terra”, isto é, subsistir com o que fosse possível obter pelo caminho, caçando, roubando, confiscando, como durante o trajecto entre Avis e Ponte de Sôr, em 1384, quando a única forma encontrada para saciar a fome foram os figos que entretanto tinham sido apanhados nos arredores da povoação de Cano⁵³. Contudo, nem sempre se conseguiam encontrar alternativas. Numa ocasião, durante as operações conduzidas no Alentejo, em 1384, diz-nos Fernão Lopes, que “*nom acharom outra viamda salvo huũ pam emçetado, e huũ pequeno de rravom e huũ pouco de vinho que huũ homem de pee levava em huũa cabaçinha; e estas foram suas iguarias por aquell dia todo*”⁵⁴. Porém, porque os castelhanos se furtavam a um confronto e Nuno Álvares não desistia do objectivo de os atrair, terão passado mais dois dias e uma noite sem que encontrassem qualquer outro alimento⁵⁵.

Porém, não era apenas dos mantimentos que Nuno Álvares abdicava em benefício da velocidade. Preterida era também a capacidade para poder levar a cabo, de forma eficaz, operações de cerco contra algumas praças-fortes, para as quais era necessário

⁵⁰ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLV, p. 295.

⁵¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLVI, p. 297.

⁵² Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. LXV, p. 168. Segundo cálculos de Gouveia Monteiro, uma força de cavalaria podia fazer uma média diária de 6 a 7 Km, ao passo que uma de infantaria dificilmente ultrapassaria os 4,5 Km. Assim, um exército composto por cavaleiros e peões e por trem de apoio, faria etapas diárias de 20 a 35 Km (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, op. cit., p. 231).

⁵³ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLV, p. 295.

⁵⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLVI, p. 297.

⁵⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CXLVI, p. 298.

recorrer ao uso de engenhos de assalto e de meios neurobalísticos. Por isso mesmo não conseguiu tomar o castelo de Monforte, em 1384⁵⁶. E como não o conseguiu fazer de forma rápida, desistiu ao fim de escassos dias.

Perder semanas em frente de uma fortaleza – “combater as paredes”, como lhe chamava⁵⁷ – era o pior que lhe podia acontecer. Mesmo nas raras ocasiões em que teve à sua disposição engenhos de assalto – como no cerco a Vila Viçosa, em 1384⁵⁸ – a paciência – que não era, decididamente, uma das suas virtudes – acabava por se esgotar rapidamente. A única operação de cerco mais demorada em que Nuno Álvares participou foi o cerco a Chaves, levado a cabo pela hoste régia portuguesa entre finais de 1385 e inícios de 1386⁵⁹. De resto, todos os ataques levados a cabo contra as praças-fortes inimigas foram sempre resolvidas a seu favor de forma célere, ou através de um estratagema, como em Monsaraz, ou em consequência de um assalto massivo que levou à rendição dos sitiados, como sucedeu em Neiva e em Viana⁶⁰.

Ao contrário de D. João I, o condestável não manifestava qualquer preferência por esta forma de guerra, que considerava excessivamente prudente e pouco ambiciosa. Os cercos eram, quase sempre, operações militares que se prolongavam para além do desejável e que exigiam grandes meios humanos, logísticos e financeiros. Além disso, apresentavam uma taxa de sucesso muito diminuta – menos de 3 em 10, segundo as contas de Nuno Álvares – e acarretavam quase sempre o esgotamento dos mantimentos a que se seguiam a fome e as doenças. Além disso, durante um cerco havia sempre o risco de se ser atingido por um virote disparado por um qualquer besteiro escondido por detrás das muralhas da praça sitiada, uma forma, para o condestável, muito pouco digna de se morrer.

Apesar de a “guerra guerreada” ter como um dos seus objectivos evitar o confronto directo com o inimigo, Nuno Álvares não rejeitava a hipótese de participar em enfrentamentos campais de carácter decisivo. Muito pelo contrário, chegava mesmo a provocá-los. Ao fim e ao cabo não havia melhor palco para o desempenho de feitos de armas que uma grande batalha! Além disso, nem sempre havia forma de as evitar.

⁵⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. XCVI, p. 184.

⁵⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. LXXV, p. 187.

⁵⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CLXXII, p. 367.

⁵⁹ Sobre este cerco e campanha subsequente, veja-se Miguel Gomes Martins, “As milícias de Lisboa na campanha de 1386”, in *Actas do IV Colóquio Temático As Escalas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, no prelo.

⁶⁰ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. V-VI, pp. 15-17.

Grandes males exigiam, muitas vezes, grandes remédios. Assim sucedeu em Agosto de 1385.

Face a uma nova invasão do território português levada a cabo por D. Juan I e que, mais uma vez, tinha como objectivo a cidade de Lisboa, o condestável propõe cortar o caminho aos cerca de 20 000 homens que compunham a hoste régia castelhana, dando-lhes batalha antes que se aproximassem da capital. Contudo, terá sido o único a defender essa solução. Os demais membros do conselho do rei eram favoráveis a uma retaliação sob a forma de uma incursão em Castela que, segundo eles, seria suficiente para obrigar o inimigo a mudar de ideias⁶¹. Porém, Nuno Álvares estava irredutível e, para demonstrar que não pretendia abdicar das suas convicções, parte com os seus homens na direcção do exército castelhano, disposto – ou melhor, para transmitir essa ideia – a dar-lhe combate. Com esta atitude intempestiva, mas ao mesmo tempo, reveladora de uma enorme segurança, acaba por convencer D. João I que a única forma de deter o avanço inimigo era defrontá-lo em batalha campal.

Mas, a convicção com que Nuno Álvares defendia essa estratégia não era fruto de uma teimosia fútil. Muito pelo contrário, assentava na confiança profunda que tinha nos dispositivos tácticos que pretendia pôr em prática contra o inimigo e que tinham já dado provas inequívocas em Atoleiros, um ano antes, mas, sobretudo, nos mais diversos teatros de operações do ocidente europeu.

Desde 1302 que a Europa vinha sendo assolada por uma autêntica revolução militar. A cavalaria pesadamente armada – até aí senhora dos campos de batalha – tinha sofrido derrotas sucessivas perante formações tácticas defensivas compostas por cavaleiros desmontados e por infantes. Primeiro em Courtrai, em 1302; depois em Bannockburn, em 1314; em Dupplin Muir, em 1332; em Crécy, em 1346; em Poitiers, em 1356 e em Nájera, em 1367, só para mencionar os casos que maior repercussões tiveram⁶².

Em 1382, correspondendo a um apelo de D. Fernando, chegam a Lisboa os mercenários do conde de Cambridge. Muitos, desses homens, veteranos da Guerra dos Cem Anos, conheciam bem os campos de batalha do continente europeu. Muitos teriam estado em Nájera e alguns talvez tivessem mesmo participado na batalha de Poitiers.

⁶¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, op. cit., cap. XXIX, p. 66.

⁶² Sobre as batalhas de Courtrai, Bannockburn, Dupplin Muir, Crécy e Poitiers) e os princípios tácticos nelas aplicados veja-se Kelly DeVries, *Infantry Warfare in The Early Fourteenth Century*, Woodbridge (UK) / Rochester (US), The Boydell Press, 2000, pp. 9-22, 66-85, 112-128 e 154-175. Relativamente às batalhas de Poitiers e de Nájera, veja-se João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota. A Batalha Real (1385)*, Lisboa, Tribuna, 2003, pp. 56-61.

Porém, todos conheciam bem as virtudes das formações defensivas compostas por combatentes apeados e os efeitos devastadores que tinham perante um inimigo que arriscasse defrontá-los com uma carga de cavalaria.

A narrativa de todos aqueles sucessos – muitos deles descritos por alguns dos seus intérpretes, terá tido um enorme impacto no jovem Nuno Álvares, então com pouco mais de 20 anos. Se resultaram antes, porque não haveriam de voltar a ser eficazes? E não tardou muito até tivesse resposta. Primeiro junto das muralhas de Lisboa, em Fevereiro de 1384, semanas depois, em Atoleiros, e, acima de tudo, no ano seguinte, em Aljubarrota.

Os planos traçados nestas três ocasiões são em tudo muito semelhantes. Começamos pelo fim, por Aljubarrota. Para posicionar a hoste régia, foi escolhido um planalto, ao qual se ascendia através de um declive pouco acentuado, que se estreitava gradualmente obrigando o inimigo a afunilar o seu ataque. As forças portuguesas, que totalizavam perto de 10 000 homens, foram dispostas no campo de S. Jorge em duas linhas compostas por combatentes apeados: uma retaguarda (sob o comando de D. João I) e uma vanguarda (capitaneada pelo condestável) ladeada por duas alas formadas também por homens de armas e, sobretudo, por besteiros e arqueiros ingleses. A posição portuguesa encontrava-se reforçada por um impressionante conjunto de fossos, de covas de lobo e de abatisses que, além de impedirem uma manobra de envolvimento dos flancos, ajudavam a estreitar ainda mais a frente de ataque castelhana e retardavam a sua marcha.

Também em Atoleiros, Nuno Álvares aguardou o ataque inimigo adoptando uma postura defensiva, com as suas tropas apeadas, posicionadas num local criteriosamente escolhido e de relevo favorável. Assim, a opção recaiu sobre um outeiro situado a sul da localidade de Fronteira e bordejado a sul, no sopé, pela ribeira de Águas-Belas. O terreno, nas palavras de Carlos Gomes Bessa, “não só obrigava os castelhanos a reduzir a sua frente de ataque, tornando-a equivalente à de Nun’Álvares, como impunha ainda atacar de baixo para cima. A própria ribeira (...), que corria no sopé dos cabeços, embora não fosse um obstáculo muito pronunciado, trazia também mais algumas dificuldades aos atacantes”⁶³. As forças portuguesas – compostas por cerca de 300 lanças de cavalaria e por um número indeterminado de peões – são distribuídas de uma forma muito semelhante àquela que viria a ser usada em Aljubarrota, isto é, com uma

⁶³ Carlos Gomes Bessa, “Batalha dos Atoleiros. Seu Carácter Percursor em Portugal”, in *Aljubarrota. 600 Anos*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1987, p. 115.

vanguarda constituída pela cavalaria apeada e com duas alas nas quais se encontraria a maior parte dos besteiros e peões que compunham a hoste de Nuno Álvares.

Mas Atoleiros não foi a primeira vez que Nuno Álvares pôs em prática os conceitos táticos aperfeiçoados pelos exércitos ingleses. O primeiro ensaio teve lugar junto das muralhas de Lisboa.

No dia 24 de Fevereiro de 1384, um importante contingente castelhano encabeçado por forças de cavalaria e seguidas, a alguma distância, pela infantaria, avança desde o Lumiar até bem perto de Lisboa. Vinham em acesa perseguição a uma coluna que, horas antes, tinha partido da cidade e havia avançado até bem próximo do Lumiar. A sua missão, arriscada, era servir de isco e atrair os castelhanos até bem perto da capital. Aí, uma cilada aguardava-os. À sua espera encontravam-se as forças comandadas por Nuno Álvares e – talvez pelo Mestre de Avis – que, no cimo de uma colina junto da ermida de S. Lázaro – a cerca de 400 metros da Cerca Fernandina –, haviam sido formadas num dispositivo tático composto por 200 a 300 cavaleiros e por um número indeterminado de peões e de besteiros, mas que supomos não seria muito superior a 700-750 homens. A cavalaria portuguesa encontrava-se apeada e teria, em conjunto com a peonagem, a função de sustentar o avanço inimigo na ponta das suas lanças. Apesar de as fontes narrativas pouco adiantarem a este respeito, supomos que o dispositivo se encontrava organizado com uma vanguarda composta pelos homens de armas apeados e por alguns peões e que teria ainda duas alas formadas por besteiros. O terreno, cuidadosamente escolhido, era o indicado para uma formação com estas características. O declive, pouco acentuado, obrigava os atacantes a percorrer algumas dezenas de metros em sentido ascendente. Além disso, por se tratar de uma colina relativamente estreita, obrigava-os ainda a afunilar a frente de ataque, desorganizando as suas azes e impossibilitando qualquer manobra de envolvimento dos flancos portugueses. Estes factores, conjugados com a acção dos besteiros posicionados nas alas deveria levar à quebra do ímpeto da carga. Impedidos de progredir, aglomerados no centro do dispositivo tático português – onde seriam constantemente fustigados pelos atiradores –, ficariam à mercê do contra-ataque levado a efeito pelos homens de armas e pela peonagem. A tática tinha todas as condições para resultar e para se transformar numa vitória das forças portuguesas. Contudo, não chegaram sequer a ser brandidas as

armas, pois o inimigo optou, à vista do dispositivo português, por recuar e regressar ao Lumiar⁶⁴.

Apesar da divergência entre o relato de Fernão Lopes, que refere que o comando da operação era de Nuno Álvares Pereira e do Mestre, e o do anónimo autor da “Crónica do Condestável”, que atribui o comando apenas ao primeiro, parece-nos por demais evidente que esta acção tem o cunho do futuro condestável. As nítidas semelhanças com aqueles que viriam a ser os modelos utilizados, mais tarde, em Atoleiros e em Aljubarrota, parecem apontar claramente para uma forte influência das concepções tácticas defendidas por Nuno Álvares Pereira e inspiradas nos modelos empregues desde meados do século XIV nos palcos da Guerra dos Cem Anos.

Nesse sentido, podemos assim afirmar que a “arte da guerra” de Nuno Álvares é um compromisso entre a aplicação, no campo de batalha, de princípios tácticos eminentemente defensivos e de uma estratégia marcadamente ofensiva. O resultado é um interessante equilíbrio entre duas opções, na sua essência, distintas, mas – como o próprio demonstrou – absolutamente compatíveis: a opção por operações de desgaste do inimigo, por um lado, e o reconhecimento da inevitabilidade da batalha, por outro. Porém, há muito mais de pessoal nesta forma de fazer a guerra, nesta “arte”. Há, em primeiro lugar, uma extraordinária capacidade de comando, com tudo o que isso implica: confiança e respeito por parte dos subordinados, planeamento eficaz, ousadia, disciplina e treino. Mas há também brilhantismo e, se quisermos, rasgos de genialidade: encontramos-os na forma como idealiza a operação que atrai os contingentes castelhanos até bem perto das muralhas de Lisboa em 1384; no modo como, no campo de S. Jorge, induziu a hoste régia castelhana a não combater numa posição nada vantajosa para optar fazê-lo numa outra que, aparentemente, o era, mas que veio a revelar-se desastrosa; e ainda no estratagema que utilizou para tomar o castelo de Monsaraz.

Mas na “arte da guerra” de Nuno Álvares há também idealismo e um inegável prazer em correr riscos. Assim foi quando escapou por um triz aos biscaínhos, em Alcântara, em 1382; ou quando no final do cerco de Lisboa passou incólume entre os navios da frota castelhana estacionada no Tejo e, não contente com a façanha, ainda anunciou a sua presença mandando soar as trombetas⁶⁵.

⁶⁴ Sobre este episódio e a sua importância, veja-se Miguel Gomes Martins, *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*, op. cit., pp. 38-40.

⁶⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, op. cit., cap. CLII, p. 321.

É impossível negá-lo. O sucesso militar de Nuno Álvares resulta também de uma grande dose de sorte. Porém, esta era a sorte que só sorria a alguns. Era justamente aquela que protegia os audazes.